

A quem interessa a pauperização da classe trabalhadora? Criminalização da pobreza x proteção social

Ingrid Karla da Nóbrega Beserra*

Resumo:

Este artigo analisa as diferentes abordagens teóricas da pobreza e a complexidade de seu enfrentamento na atual conjuntura política e econômica. Em um cenário adverso, a criminalização das expressões de vulnerabilidade tornou-se uma estratégia de Estado Liberal para aviltar seu investimento em políticas sociais e promover o ideário de um Estado Penal. Esta análise desenvolve-se, portanto, pela compreensão das contradições do mundo do trabalho sob o modo de produção capitalista.

Palavras-chave: Trabalho; pobreza; globalização; proteção social.

Who cares about the impoverishment of the working class? Criminalization of poverty x social protection

Abstract:

This article looks at the different theoretical approaches of poverty and the complexity of your coping in the current political and economic situation. In an adverse scenario, the criminalization of the expressions of vulnerability has become a Liberal State strategy to demean your investment in social policies and promote the ideals of a Criminal State. This analysis therefore develops the understanding of the contradictions of the world of work under the capitalist mode of production.

Keywords: Work; poverty; globalization; social protection.

* Doutoranda do Programa de Estudos Pós-Graduados em Política Social da Universidade Federal Fluminense (UFF); professora substituta na mesma Instituição, Niterói-RJ, Brasil. End. eletrônico: ingridkarla.nobrega@gmail.com

O presente trabalho foi realizado com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) - Código de Financiamento 001.

Introdução

Pobreza e desigualdades sociais se aprofundaram com o desenvolvimento do modo de produção capitalista. As sucessivas crises econômicas e a consequente implantação das recentes estratégias neoliberais ou neodesenvolvimentistas alteraram a percepção da função social do Estado. Categoria fundante do ser social, o trabalho é exercido como fator de alienação, fetichização, assalariamento e exploração e a força de trabalho converte-se em mercadoria e estratégia de aumento da produtividade, com expansão da classe trabalhadora cada vez mais fragmentada e heterogênea (Antunes; Alves, 2004). Nesse processo, os direitos e políticas sociais são reduzidos por reformas institucionais, que ampliam a precarização, a vulnerabilidade e a massificação das questões sociais, como a questão da pobreza.

Categoria complexa e multidimensional, a pobreza geralmente é conceituada a partir de algum “juízo de valor” ou sob o ponto de vista econômico, dependente ou não da estrutura social e política (Crespo; Gurovitz, 2002). Recentemente, são apresentadas novas formas de mensuração, indicadores explicativos e formas de enfrentamento da pobreza, como a redistribuição de renda, formas de assistencialismo, que parece apenas atualizar aspectos subjetivos e moralistas, em um emaranhado de estratégias que responsabilizam os sujeitos pela sua condição de pauperismo.

Na atual fase de desenvolvimento do capitalismo, de “globalização” ou “neoliberalismo”, políticas governamentais interferiram nas formas e condução da economia, das questões sociais e do processo produtivo, através do uso de novas tecnologias, da transnacionalização de capitais, da privatização de mercados e da “minimização” dos governos e do papel do Estado – realizados pelo próprio Estado.

A função do Estado Liberal sempre foi a de defender a propriedade privada, apenas atenuando as contradições sociais, mas na atual fase do modo de produção capitalista, essa “função social” foi ainda mais reduzida. Os índices de pobreza aumentam e Organismos Internacionais apresentam formas alternativas de enfrentamento, mas que não alteram a estrutura capitalista de exploração do trabalho. O processo de “globalização” mantém e amplia a sua prática de desterritorialização pelos grandes acordos globais, politicamente sustentados pelo Estado, colocando o trabalhador em uma condição de existência “inautêntica e estranhada” (Antunes; Alves, 2004).

Pobreza e proteção social: principais abordagens

Especialmente no campo das Ciências Sociais, pobreza e desigualdade social são discutidas por diferentes perspectivas históricas e distintas posições ideológicas sobre as relações sociais.

Ugá (2003), por exemplo, destaca que o conceito “pobreza” assumiu notória centralidade a partir dos anos 1990, devido à sua ampla utilização nos relatórios dos organismos internacionais e documentos de formulação e avaliação de políticas sociais. Netto (2001) afirma que os níveis de escassez provocados pelo desenvolvimento do sistema capitalista europeu, a partir do século XIX, apontaram para a existência uma nova questão: o *pauperismo*. Nas sociedades pré-capitalistas, a pobreza estava certamente ligada a um quadro geral de escassez, mas, com o advento do capitalismo, esse problema se renovou já que a “pobreza crescia na razão direta em que aumentava a capacidade social de produzir riquezas” (Netto, 2001, p. 42-43):

Tanto mais a sociedade se revelava capaz de progressivamente produzir bens e serviços; tanto mais aumentava o contingente de seus membros que, além de não ter acesso efetivo a tais bens e serviços, viam-se despossuídos das condições materiais de vida que se dispunham anteriormente. Se, nas formas de sociedades precedentes à sociedade burguesa, a pobreza estava ligada a um quadro geral de escassez (quadro em larguíssima medida determinado pelo nível de desenvolvimento das forças produtivas materiais e sociais), agora ela se mostrava conectada a um quadro geral tendente a reduzir com força a situação de escassez.

De acordo com Castel (1997), a pauperidade é resultante de uma série de rupturas de participações ou fracassos na constituição de vínculos que colocam os sujeitos em estágios de “flutuação”. No entanto, é necessário considerar que a pobreza não se resume apenas a um estágio de “flutuação” dos indivíduos, pois a classe trabalhadora sempre sofreu os antagonismos da exploração da força de trabalho e da precarização das suas condições de vida objetivas e subjetivas.

A pobreza não é um problema exclusivo das sociedades capitalistas, mas as relações de produção e de reprodução do capital exigem novas funções para o trabalho e, conseqüentemente, outros níveis de escassez, tornando a questão social da pobreza uma de suas maiores expressões.

A “questão social” pode ser entendida pela definição de Yamamoto (2001), como a emergência da classe operária e do seu ingresso no cenário político, através das lutas desencadeadas por direitos ao trabalho, exigindo o seu reconhecimento como classe, frente à burguesia e ao Estado. Também para Castel (1998), a questão social seria a tomada de consciência das condições de existência das populações que são os agentes e as vítimas da Revolução Industrial. Portanto, a questão social da pobreza estaria relacionada às relações capitalistas:

Isso significa dizer que a gênese da “questão social” é explicada pelo processo de acumulação ou reprodução ampliada do capital. Esse processo remete à incorporação permanente de inovações tecnológicas pelos capitalistas, tendo em vista o aumento da produtividade do trabalho social e a diminuição do tempo de trabalho

socialmente necessário à produção de mercadorias. Essa tendência, por sua vez, produz um movimento simultâneo de aumento do capital constante e diminuição do capital variável, que corresponde à força de trabalho (Santos, 2012, p. 26).

Há, porém, interpretações teóricas mais pontuais sobre a pobreza, como resultado de necessidades não atendidas de forma adequada. Mas, para Rocha (2003), para operacionalizar essa noção, seria necessário especificar o que são essas necessidades e quais são as formas de atendimento que se adequam ao seu enfrentamento. Por isso, polarizam-se duas compreensões: uma majoritária, que identifica as necessidades básicas com estados subjetivos e relativos de carecimentos e, outra que as considera objetivas e passíveis de generalizações.

Apoiadas no relativismo e subjetivismo, essas noções são utilizadas por neoliberais e neoconservadores para atender aos anseios do mercado em detrimento da proteção social: “é o mercado que tem interesse e predisposição para maximizar demandas individuais, ampliando o leque de aspirações particulares, para manter-se dinâmico, promissor e lucrativo”. Por isso, “Com base nessa tendência têm proliferado interpretações de necessidades sociais que sistematicamente a confundem com outras noções, tornando-as inespecíficas (...) a inespecificidade das necessidades determina formas de satisfação confusas e voluntaristas que não concretizam direitos” (Pereira, 2002, p. 39).

Argumenta-se que a definição do conceito de pobreza e de necessidades humanas é importante para a escolha dos procedimentos de mensuração, considerando os níveis culturais e econômicos e o tipo de proteção social de cada país. Por isso, a distinção entre a pobreza “relativa” e a “absoluta”:

Pobreza absoluta está estreitamente vinculada às questões de sobrevivência física; portanto, ao não atendimento das necessidades vinculadas ao mínimo vital. O conceito de pobreza relativa define necessidades a serem satisfeitas em função do modo de vida predominante na sociedade em questão, o que significa incorporar a redução das desigualdades de meios entre indivíduos como objetivo social. Implica, consequentemente, delimitar um conjunto de indivíduos “relativamente pobres” em sociedades onde o mínimo vital já é garantido a todos (Rocha, 2003, p. 11).

Apesar dessas formas de mensuração, a renda é uma variável necessária para a definição do lugar de cada sujeito nas relações sociais, considerando que também há a distinção dos grupos em situações de “vulnerabilidade” (na linha de pobreza) ou de completa “indigência”. Reafirmando que o aprofundamento da pobreza está diretamente ligado à necessidade de manutenção e reprodução do sistema capitalista, explicam-se as razões da falta de acesso a bens imediatos, aos programas sociais, à educação, à habitação, ao saneamento básico, ao transporte público, à saúde, etc.

Para contornar os violentos efeitos da pobreza, o Estado Liberal não enfrenta as contradições fundamentais das relações capitalistas, mas limita-se às ações assistenciais de programas sociais de igrejas ou financiados por frações da própria burguesia. Mediadoras das contradições entre o capital e o trabalho, essas ações geralmente se confrontam à resistência da classe trabalhadora, organizada por movimentos sociais e sindicatos.

A análise das políticas sociais geralmente apresenta uma visão simplista que as atribui exclusivamente ao Estado desconsiderando as contradições e os campos de disputa existentes na sociedade na luta por hegemonia. No entanto, a existência de políticas sociais deve-se historicamente às formas de resistência da classe trabalhadora na luta por direitos e pelo seu reconhecimento como classe (Behring, 2011).

Historicamente conquistados, esses direitos dos trabalhadores foram significativamente reduzidos ou eliminados, a partir da década de 1980, devido ao processo de implantação das estratégias neoliberais de “reestruturação produtiva” (terceirização, cortes salariais), como solução para a crise estrutural do sistema capitalista instalada na década de 1970.

As reformas trabalhistas prosseguem, atendendo à necessidade de financeirização da economia determinada pela mundialização ou “globalização” do capital e, por isso, as constantes medidas de flexibilização dos vínculos de trabalho; de criminalização dos movimentos sociais; e agravamento geral da situação de vulnerabilidade social. Os velhos dilemas da precarização (objetivas ou subjetivas) atualmente se renovam, assim como o redimensionamento das formas de enfrentamento pelos trabalhadores.

Globalização e precarização do trabalho

A “globalização” é geralmente considerada um processo sócio-histórico que direciona transformações nas relações sociais, nos processos de trabalho e no ideário dos sujeitos sociais em todas as partes do mundo, a partir da década de 1980. No entanto, esse mesmo processo pode ser definido como a atual fase “neoliberal” do capitalismo.

Antunes e Alves (2004) e Ianni (1994) afirmam que esse não é um fenômeno recente, considerando que desde o início o capitalismo se direcionou à expansão dos mercados e à desterritorialização das culturas. Apesar desse processo de expansão de capitais impor as estratégias de “reestruturação” produtiva e a reorganização das estratégias exploratórias, permanece a afirmação de Engels (2010) de que a burguesia sempre produz os meios para explorar em seu benefício de todas as maneiras possíveis.

A tentativa de “homogeneização” e “fragmentação” dos países e culturas revela o caráter ideológico do capitalismo. Criar um *pseudo desenvolvimento* para solucionar a pobreza e as desigualdades sociais emanadas do próprio processo de reprodução capitalista não oculta, mas expõe o seu caráter classista e exploratório.

Ianni (1994) destaca os seguintes pontos para se discutir a “globalização” como etapa de desenvolvimento do sistema econômico em questão:

1. A sociedade global se constitui como uma totalidade problemática, complexa e contraditória, desde o seu início, e está impregnada por totalidades mais amplas e decisivas, como por exemplo: o Estado-Nação, o bloco geopolítico, o sistema econômico regional, a grande potência, a empresa transnacional, a ONU, o FMI, o Banco Mundial, entre outras;
2. A sociedade global é o cenário mais amplo do desenvolvimento desigual, combinado e contraditório: “a globalização não significa nunca homogeneização, mas diferenciação em outros níveis, diversidades com outras potencialidades, desigualdades com outras forças” (Ianni, 1994, p. 159);
3. O desenvolvimento da sociedade global passa a exigir a reelaboração de noções articuladas ao processo de globalização, como por exemplo: desterritorialização; reterritorialização; miniaturização; cultura mundial; aldeia global; cidade global; fábrica global, entre outros;
4. À medida que a sociedade global se movimenta, a historicidade das nações vai se inserindo cada vez mais na dinâmica dos movimentos da história universal;
5. É, com o desenvolvimento da sociedade global, da sua economia política, da dinâmica social e cultural e das contradições que podem se processar possibilidades de um pensamento global.

Sobre este último aspecto, é necessário observar que, na disputa por hegemonia, o ideário burguês se materializa em todos os espaços da vida social, através do apelo à cooperação de classes e da prática do “consenso”, com apoio do sistema midiático mundial. Para compor a cena, observam-se os discursos sobre a pobreza, frequentemente publicados pelos Organismos Financeiros Internacionais (como Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional), que a apresentam como um simples dado da realidade, “antigo no tempo e generalizado geograficamente” (Sprandel, 2004, p.138).

No entanto, “globalização” ou mundialização do capital são estratégias históricas, já que o sistema buscará redimensionar os seus padrões de valorização

do capital sobretudo financeiro – sempre à custa da maximização das formas de exploração. Portanto, globaliza-se apenas para explorar, já que as fronteiras globais não foram “abertas”, mas ao contrário, radicalmente fechadas; as mercadorias são produzidas de forma fragmentada; e proliferam formas massivas de trabalho escravo e pessoas vivendo em formas extremas de precarização.

Essas formas massivas de precarização encontram-se principalmente em países extremamente “subordinados de industrialização”, com valor da força de trabalho barato. Explora-se massivamente mulheres, homens e crianças com cargas de trabalho extenuantes, com regimes e salários precários e sem nenhuma proteção social (Antunes; Alves, 2004).

Os efeitos da crise do capitalismo se escondem no manto da “globalização” para não sucumbir às suas contradições e consequências mais drásticas, com apoio político, econômico e ideológico das estratégias neoliberais ou neodesenvolvimentistas:

Ao omitir as terríveis contradições geradas pela crise econômica mundial, o neodesenvolvimentismo não precisa explicar os nexos inexoráveis entre o crescimento econômico impulsionado pela bolha especulativa global, a revitalização da economia exportadora baseada no latifúndio e no extrativismo, o avanço irreversível da desindustrialização e o espectro de uma crise cambial e financeira de dimensão cataclísmica como desfecho inexorável da farra especulativa financiada pela entrada indiscriminada de capital internacional (Sampaio Jr, 2012, p. 684).

Assim, independentemente de classificações ou mensurações, a pobreza é uma questão social que não foi eliminada, mas ampliada pela “globalização”, justamente porque sua processualidade se estabelece em um sistema cujas bases de funcionamento são dependentes do desemprego, da exploração e da pauperização da classe trabalhadora.

A pauperização da classe trabalhadora: criminalização x proteção social

O chamado processo de globalização expandiu-se mundialmente, sustentado pelos discursos ideológicos de superação das desigualdades sociais, da exclusão e da pobreza, como se houvesse a possibilidade de uma sociedade alternativa e inclusiva dentro do sistema produtor do capital – com apoio estratégico do *solidarismo* de classes. São ocultadas as contradições da própria estrutura de funcionamento do sistema capitalista e sua lógica exploratória, pois nos domínios da burguesia é simulado um humanismo sem limites, quando isso lhe é exigido e é do seu próprio interesse (Engels, 2010).

Segundo dados do relatório *Perspectivas Sociais e do Emprego no Mundo-Tendências 2017* da Organização Internacional do Trabalho (OIT), estima-se que o desemprego mundial chegará a mais de 200 milhões, e a mais 2,7 milhões no final de 2018, considerando que a força de trabalho apresenta crescimento maior do que a geração de empregos (OIT, 2017). Nos países desenvolvidos, 899 milhões de trabalhadores têm renda menor do que US\$ 2 por dia, representando cerca de um terço do total dos trabalhadores (OIT, 2017). Essas informações contrariam a tese do pleno emprego alegado pela “globalização” e evidencia o caráter excludente necessário à manutenção da lógica classista. Também de acordo com dados do Relatório do Desenvolvimento Humano do Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas (PNUD, 2014), a pobreza mundial apresenta números alarmantes: há 2,2 bilhões de pessoas pobres ou quase pobres, com uma tendência crescente a cada ano.

No cenário político e econômico atual, percebe-se ainda que a chamada crise financeira do neoliberalismo, em 2008, despertou novas estratégias de redução dos investimentos nas áreas sociais, inclusive no âmbito das grandes potências.

Para “explicar” essa pobreza, direcionam-se ideologicamente as relações sociais para medidas de “conformação” do pauperismo, de um solidarismo de classes, de um apelo às instituições filantrópicas, ao Terceiro Setor e à sociedade em geral para a resolução das precarizações geradas pelo próprio desenvolvimento da exploração capitalista.

Nessas relações, observa-se também que transitam os considerados “supérfluos” ao mundo do trabalho, o “lumpemproletariado”¹, atingidos pelo poder da classe dominante de aprisionamento, higienização, encarceramento e expressões mais cruéis de repressão à essa questão social. Em detrimento de um Estado Social, expande-se o ideário de um Estado Penal, cuja ideologização surge para dar conta das contradições oriundas do desemprego estrutural; da flexibilização e da precarização do trabalho; e do enxugamento das políticas sociais (Wacquant, 2011; 2013). Para essa classe, dita perigosa, o Estado deve disciplinar e criminalizar os sujeitos por suas condições de vida, através de medidas imediatistas e estigmatizantes, como as estratégias de militarização das polícias. Logo, a ideologia da violência urbana se projeta como um verdadeiro controle social:

Processada na linguagem da violência urbana, a questão sobre como deve se organizar o controle social - que, em última instância, se resolve nas políticas de

¹ São classificados três extratos da superpopulação relativa: a flutuante, a latente e a estagnada. O lumpemproletariado está inserido justamente no extrato da superpopulação estagnada: aquela parcela da população empregada de maneira muito irregular e particularmente muito difícil de mobilizar. No lumpemproletariado, insere-se a camada mais baixa da superpopulação estagnante, uma parcela do pauperismo (Harvey, 2013).

segurança adotadas, propostas e criticadas - tem implicado uma intensa dessolidarização, que é a face mais profunda e menos visível da criminalização da pobreza e sua segregação territorial (Machado da Silva, 2010, p. 295).

Cria-se um verdadeiro *panoptismo* social através da vigilância dos mais pobres, com apoio das grandes mídias e dos serviços informacionais que atendem aos interesses da classe dominante, que aliena o restante da sociedade das graves questões socioeconômicas.

No Brasil, por exemplo, com uma formação social baseada na exclusão dos negros, das mulheres e dos mais pobres das agendas decisórias, assiste-se a uma reapresentação de práticas conservadoras de “enfrentamento” à pobreza – geralmente atribuindo a culpa da miséria brasileira aos moradores das “favelas”:

esse pano de fundo ajuda a explicar a simplificação e o reducionismo de uma linguagem que restringe o tratamento dos problemas (no caso, a manutenção da ordem pública) a uma guerra contra atividades que perturbam o prosseguimento rotineiro da vida social. E que atribui a culpa a um segmento - os moradores dos territórios da pobreza e, mais especificamente, os favelados -, o qual, a partir de sua criminalização, torna-se o tipo ideal do Outro que precisa ser afastado a qualquer preço. Em decorrência, convergem para os aparelhos policiais demandas de recomposição de uma ordem social tida como ameaçada. Cresce o clamor por uma ação “dura” - isto é, ilegal -, de modo que a única possibilidade de evitar a contaminação moral de todo o sistema, preservando os aspectos institucionalizados do conflito social, é deixar a “dureza” da repressão ao arbítrio da polícia (Machado da Silva, 2010, p. 293).

A constituição ideológica desse Estado Penal responde à pauperização da classe trabalhadora através do aumento das intervenções policiais, numa concreta implantação de uma *ditadura sobre os pobres* (Wacquant, 2011). Além disso, visualiza-se o crescimento de velhas práticas conservadoras, com apoio das literaturas de autoajuda e do crescimento das Igrejas dentro das comunidades, com discursos de conformação às situações de sujeitos inseridos em diversas contradições e vulnerabilidades. O desemprego e as misérias de toda ordem vêm sendo enfrentados pela lógica classista e pelas estratégias conjunturais, por meio do aviltamento de direitos e políticas sociais, do avanço do neoliberalismo e das estratégias estigmatizantes, criminalizantes e conformativas da questão social.

Entende-se, assim, que todos esses aspectos de geração e aprofundamento da pobreza atendem aos interesses da burguesia e de toda a lógica de funcionamento do sistema capitalista. Mudam os cenários, mas as contradições permanecem.

Considerações finais

Considera-se que a “globalização” é mais um elemento de recrudescimento da contraditória lógica das relações sociais capitalistas, sempre destinadas à criação de novos mercados formas de exploração da força de trabalho. Nesse contínuo processo, expande-se necessariamente um grande aparato ideológico de criminalização dos pobres em redução da proteção social, justificadas pela “cultura da crise”, que inclusive tenta cooptar o trabalhador para um grande acordo de reestruturação – um consenso de classes, solidário e conformista.

Exalta-se o “cidadão consumidor” e se reduzem os direitos trabalhistas e sociais historicamente conquistados nas lutas cotidianas e disputas de projetos políticos dos movimentos sociais e sindicatos – que atualmente também enfrentam processos de discriminação e criminalização. No entanto, medidas segregacionistas de manutenção da ordem não são capazes de solucionar as contradições estruturais de repressão e, por isso, redimensionam as potencialidades ou possibilidades de resistência das classes trabalhadoras.

Referências

- ANTUNES, Ricardo; ALVES, Giovanni. As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital. *Educação e Sociedade*, Campinas, vol. 25, n. 87, p. 335-351, 2004.
- BEHRING, Elaine. *Política social: fundamentos e história*. São Paulo: Cortez: 2011.
- CASTEL, Robert. *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. Petrópolis: Vozes, 1998.
- _____. Da indigência à exclusão, à desfiliação – precariedade do trabalho e vulnerabilidade relacional. In: BAREMBLITT, Gregório et al. *Saúde Loucura: grupos e coletivos*. São Paulo: HUCITEC, 1997.
- CRESCO, Antônio Pedro Albernaz; GUROVITZ, Elaine. A pobreza como um fenômeno multidimensional. *RAE-eletrônica*, vol. 1, n. 2, 2002.
- ENGELS, Friedrich. *A situação da classe operária na Inglaterra*. São Paulo: Boitempo, 2010.
- HARVEY, David. *Para entender o capital*. São Paulo: Boitempo, 2013.
- IAMAMOTO, Marilda Vilela. *Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional*. São Paulo: Cortez, 2001.
- IANNI, Octavio. *Globalização: novo paradigma das Ciências Sociais. Estudos Avançados*, São Paulo, vol. 8, n. 21, 1994.

- MACHADO da SILVA, Luiz Antônio. “Violência urbana”, segurança pública e favelas: o caso do Rio de Janeiro atual. *Caderno CRH*, Salvador, vol. 23, n. 59, 2010.
- NETTO, José Paulo. Cinco Notas a propósito da questão social. *Temporalis*, Brasília, n. 3, p. 41-50, 2001.
- OIT. *Perspectivas sociais e do emprego no mundo* - Tendências de 2017. Disponível em <http://www.ilo.org/global/research/global-reports/weso/2017/WCMS_540901/lang-pt/index.htm>. Acesso em 15 Jul. 2017.
- PEREIRA, Potyara Amazoneida. *Necessidades humanas: subsídios à crítica dos mínimos sociais*. São Paulo: Cortez, 2002.
- PNUD. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Disponível em <<http://www.pnud.org.br/Noticia.aspx?id=3910>>. Acesso em 30 Jul. 2017.
- ROCHA, Sônia. *Pobreza no Brasil: afinal, de que se trata?* Rio de Janeiro: FGV, 2003.
- SAMPAIO JR., Plínio de Arruda. Desenvolvimentismo e neodesenvolvimentismo: tragédia e farsa. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, n. 112, 2012.
- SANTOS, Josiane Soares. “*Questão Social*”: particularidades no Brasil. São Paulo: Cortez, 2012.
- SPRANDEL, Márcia Anita. *A pobreza no paraíso tropical: interpretações e discursos sobre o Brasil*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.
- STOTZ, Eduardo Navarro. Pobreza e capitalismo. In: VALLA, Victor Vicente; STOTZ, Eduardo Navarro; ALGEBAILLE, Eveline Bertino (orgs.). *Para compreender a pobreza no Brasil*. Rio de Janeiro: Contraponto-ENSP, 2005.
- UGÁ, Vivian Dominguez. A categoria “pobreza” nas formulações de Política Social do Banco Mundial. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, n. 23, p. 55-62, 2004.
- WACQUANT, Loïc. *As prisões da miséria*. Rio de Janeiro. Zahar, 2011.
- _____. *Punir os pobres: a nova gestão da miséria nos Estados Unidos*. Rio de Janeiro: Revan, 2013.